

Arquivos e documentos reveladores de crimes contra a humanidade

Marcelo Thadeu Quintanilha Martins¹

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a importância dos documentos de arquivo como elementos de prova de violações dos direitos humanos e crimes contra a humanidade, sob o olhar de um arquivista. São arrolados episódios históricos emblemáticos, ocorridos em lugares e épocas diversas, para demonstrar a necessidade de preservação do contexto de produção dos documentos para que estes possam cumprir sua função de prova de forma plena, cabendo aos arquivistas garantir a salvaguarda desses valores.

Palavras-chave: Arquivos. Direitos humanos. DEOPS-SP.

Abstract

This article presents a reflection on the major importance about the archival records as evidence of human rights violations and crimes against humanity, from the perspective of an archivist. Some emblematic historical episodes, occurred in several places and times, are listed to demonstrate the need to preserve the archival bond of these records, so that they can fulfill their full function as a piece of proof, leaving to the archivists ensure the protection of these values.

Keywords: Archives. Human rights. DEOPS-SP.

¹ Doutor em História pela Universidade de São Paulo e Diretor Técnico do Centro de Acervo Permanente do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Juristas, historiadores e arquivistas reconhecem há muito tempo o valor probatório dos documentos. Listas, memorandos e fotografias produzidos rotineiramente, para atender finalidades puramente administrativas, podem constituir provas vitais de determinadas ações. O Tribunal de Nuremberg (1945-1946), considerado um marco na história dos julgamentos de crimes contra a humanidade, foi todo respaldado por provas documentais. Mais de 8 mil documentos, selecionados entre centenas de milhares de documentos capturados dos arquivos alemães, foram determinantes para provar os crimes praticados pelo regime nazista.²

Entre as provas exibidas no Tribunal, estavam os registros fotográficos salvos da destruição pelo catalão Francesc Boix, que sobreviveu a um dos mais brutais campos de concentração nazista. Enviado para Mauthausen com 21 anos de idade, Boix apresentou em Nuremberg fotos que levaram à condenação de importantes figuras do partido nazista, como Albert Speer e Ernest Kaltenbrunner. Antes de fugir da Espanha em 1939, com outros milhares de ex-combatentes da Guerra Civil Espanhola, Boix foi militante da juventude socialista e fotógrafo da sua principal revista. Na França, ficou internado em um campo de refugiados até ser surpreendido pela invasão alemã. Sem chance de retornar para casa, os mais de 7 mil prisioneiros espanhóis foram enviados para o campo de Mauthausen.³

Situado a 20 quilômetros da cidade de Linz, na Áustria, Mauthausen abrigava um complexo de campos reservados para homens, mulheres e crianças capturadas nos territórios ocupados, que os nazistas qualificavam de “imprestáveis”. Entre eles estavam russos, poloneses, iugoslavos, comunistas, judeus de todas as nacionalidades e criminosos comuns. O complexo ficava vizinho a uma pedreira onde os prisioneiros eram obrigados a carregar blocos de granito de até 80 quilos. Os derrotados pela fome e exaustão, incapazes de seguir com o trabalho, eram mortos com injeções letais e seus corpos reduzidos a cinzas em crematórios que funcionavam praticamente sem interrupção. Boix se salvou oferecendo seus conhecimentos de fotografia aos responsáveis pelo serviço de identificação do campo.

Mauthausen abrigava um serviço fotográfico chamado *Erkennungsdienst*, encarregado de identificar prisioneiros e guardas, além de registrar as obras no campo e as visitas oficiais. Himmler, chefe do serviço de segurança do Reich, e seu braço direito, Ernest Kaltenbrunner, inspecionaram o campo em mais de uma ocasião. Boix utilizava uma câmara *Leica* para fotografar as atividades do campo, além de revelar os negativos e organizar o seu arquivo. A administração de um complexo que chegou a dispor de mais de 200 mil prisioneiros exigia um controle rigoroso e a produção contínua

² DOUGLAS, Lawrence. *The Memory of Judgment: making law and history in the trials of the holocaust*. New Haven: Yale University Press, 2001, p. 11-23. Sobre os arquivos capturados dos alemães, ver KENT, George O. (Edit.). *Historians and Archivists: Essays in Modern German History and Archival Policy*. Fairfax: George Mason University Press, 1991.

³ Para contar a história de Boix, baseio-me em BERMEJO, Benito. *El fotógrafo del horror: la historia de Francisco Boix y las fotos robadas a los SS de Mauthausen*. Barcelona: RBA Libros, 2015.

de relatórios, essenciais ao funcionamento da intrincada rede de campos coordenada pelo Ministério do Interior, em Berlim.⁴

Durante o trabalho no laboratório, Boix foi guardando secretamente mais de mil negativos, removendo-os para fora do campo com ajuda dos seus companheiros. Os negativos ficaram ocultos na casa de uma austríaca, que servia refeições para os prisioneiros, e aceitou escondê-los sem o conhecimento da sua família. Com a libertação de Mauthausen, em maio de 1945, a primeira preocupação de Boix foi recuperar os negativos, decidido a mostrar os horrores que ele e seus companheiros haviam vivido. Suas fotos saíram publicadas no semanário francês *Regards* e no vespertino *Ce Soir*.

A divulgação das fotos motivou um convite para que Boix testemunhasse em Nuremberg. No julgamento, ele reencontrou Kaltenbrunner sentado no banco dos réus. O dirigente nazista alegava desconhecer os crimes praticados nos campos de trabalho, mas teve que explicar sua presença nas fotos exibidas por Boix, onde ele aparecia ao lado de Himmler, indiferente às condições desumanas presenciadas em Mauthausen. Kaltenbrunner foi condenado por crimes contra humanidade e enforcado no dia 16 de outubro de 1946.

Acometido por problemas de saúde, agravados pelo tempo em que permaneceu preso, Francesc Boix faleceu pouco depois do julgamento de Nuremberg, antes de completar 31 anos. Foi enterrado nos subúrbios de Paris, numa cerimônia simples, sem nunca ter reencontrado a família.

Os campos de concentração nazistas produziram uma quantidade imensa de documentos, a maior parte deles destruída nos fornos usados para incinerar cadáveres, quando a guerra se aproximava do final.⁵ Entre os documentos produzidos havia os *Totenbuch* (livro dos mortos), usados para registrar óbitos dentro dos campos, ainda que ocultando a real causa deles. Um dos prisioneiros de Mauthausen, que auxiliava o médico do campo, salvou 7 desses livros, impedindo que eles fossem incinerados. Os livros contêm registros improváveis, como o do falecimento em um único dia de 275 judeus, vitimados por “problemas cardíacos”. Somados, os registros dos sete livros contabilizam 72 mil mortes, cifra que não deixava dúvidas de que ocorreu um assassinato em massa em Mauthausen.⁶

⁴ Sobre a burocracia nazista ver especialmente LOZOWICK, Yaacov. *Hitler's Bureaucrats: The Nazi Security Police and the Banality of Evil*. London: Continuum, 2002.

⁵ Nos relatórios oficiais usavam-se as iniciais KL (*Konzentrationslager*) para se referir aos campos de concentração. Para saber mais sobre a história do complexo de campos criado pelo regime nazista, recomendo a leitura de WASCHSMANN, Nikolaus. *KL: A History of the Nazi Concentration Camps*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2015. Para conhecer os documentos produzidos pela política de extermínio nazista, indico o estudo aprofundado de HILBERG, Raul. *Sources of Holocaust Research: an analysis*. Chicago: Ivan R. Dee, 2001.

⁶ JARDIM, Tomaz. *The Mauthausen Trial: American military justice in Germany*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012, p. 66-68. Os livros estão guardados no Arquivo Nacional dos Estados Unidos, o NARA.

Como todo documento administrativo, os documentos produzidos nos campos de concentração e extermínio nazistas possuem um valor testemunhal único, que diz respeito à rotina da instituição a que eles serviam. As fotografias resgatadas por Boix são perturbadoras justamente porque revelavam a rotina macabra de Mauthausen, provando a implicação de altos funcionários nazistas na planificação e no gerenciamento do assassinato em massa de milhões de pessoas. Mas para que as fotografias pudessem ser aceitas no tribunal, Boix precisou esclarecer o contexto de produção delas e como elas foram salvas da destruição.

O conhecimento da razão pela qual um documento é produzido, no interior de que processo e para qual fim, é imprescindível para a avaliação das informações contidas nele. Compreender a função e o trabalho do *Erkennungsdienst*, dentro do campo, foi fundamental para atestar as informações contidas nos negativos salvos por Boix. Se não fosse pelo seu testemunho e pelo conhecimento das circunstâncias que determinaram a produção das fotos, identificando o local, a data e as pessoas retratadas, provavelmente elas teriam sua importância diminuída, ou até desacreditada.⁷ Isso significa que um documento só é pleno de sentido dentro do seu contexto de produção, indissociável daqueles que os precederam e daqueles que os sucederam, e das atividades que os geraram.

Nesse sentido, para garantir o valor testemunhal de um documento, não basta conservá-lo fisicamente, é preciso manter preservado o seu contexto de produção. Não é por outro motivo que o conhecimento arquivístico fundamenta-se na manutenção da conexão lógica e formal que liga um documento a outro, mediante uma teia de relações necessárias e determinadas. Essa característica natural e orgânica, que é transferida para os arquivos, faz com que a arquivística seja descrita por técnicos experientes como a “ciência dos contextos e relações”.⁸ Consequentemente, é fácil constatar que um documento dissociado do seu contexto perde todo sentido, tendo seu efeito probatório irremediavelmente prejudicado.

Em 1995, a necessidade de garantir a correta preservação dos arquivos gerados pelas polícias secretas do leste europeu, após a derrocada dos regimes comunistas, levou a UNESCO a acionar o Conselho Internacional de Arquivos (ICA na sigla em inglês), com o objetivo de propor uma política para proteger os arquivos e os direitos humanos. A preocupação com a preservação de milhões de documentos sensíveis para a transição democrática de países como a extinta Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e outros, levou à constituição de um grupo de arquivistas,

⁷ Para ler o testemunho de Boix em Nuremberg, ver BERMEJO, Benito. *El fotografo del horror: la historia de Francisco Boix y las fotos robadas a los SS de Mauthausen*. Barcelona: RBA Libros, 2015.

⁸ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007, p. 53.

encabeçados pelo espanhol Antônio Gonzáles Quintana, para estudar formas de proteger esses arquivos, em prol da memória e da reparação de crimes contra os direitos humanos.⁹

O desafio de preservar esses arquivos e de abrir ao público documentos de órgãos de repressão, como a *Stasi* da Alemanha Oriental e a *Securitate* romena, levou os arquivistas a refletir sobre seu papel e reafirmar os princípios norteadores do seu trabalho. O estudo da UNESCO permitiu consolidar um conjunto de boas práticas no que se refere à organização e ao acesso a arquivos de elevado interesse social, como testemunho contra a intolerância, o racismo e o totalitarismo.¹⁰ As diretrizes do estudo, publicadas em 2009, recomendam que, para desfrutar de todo seu valor testemunhal e informativo, os arquivos sejam organizados e descritos de acordo com as normas arquivísticas aprovadas pelo ICA, principalmente a ISAD (G). Essas normas garantem a preservação das conexões lógicas e formais entre os documentos, assim como o seu contexto de produção, sem o qual o acesso à informação torna-se seriamente comprometido.

Durante algum tempo se imaginou que digitalizar atabalhoadamente os documentos, antes de descrevê-los, era “democratizar” o acervo, oferecendo ao público fichas, dossiês e outros documentos fora de contexto, muitas vezes dissociados das suas séries para atender projetos que fatiavam o acervo com o intuito de agilizar o processo de captura das imagens. Contudo, dar acesso é mais do que divulgar em mídia digital, é oferecer um estudo exaustivo e completo do acervo, revelando sua dimensão, sua lógica e descrevendo seus documentos de maneira coerente, interrelacionando-os segundo suas funções e atividades. O estudo da UNESCO enfatiza esse tratamento, destacando o papel dos Arquivos e de seus técnicos na custódia de acervos de reconhecido valor para a história recente de muitos países, e também para a afirmação dos valores democráticos.

Um trabalho exemplar nesse sentido foi o tratamento dos documentos da Polícia Nacional da Guatemala, encontrados abandonados nos fundos de um quartel.¹¹ Descobertos ao acaso em 2005, o arquivo da extinta Polícia Nacional revelava prisões, sequestros e desaparecimentos de centenas de milhares de cidadãos, durante os 36 anos de guerra civil na Guatemala. Desprovidos de ajuda governamental, grupos de direitos humanos conseguiram recursos e a assistência de arquivistas da Espanha, Estados Unidos, Suíça e Alemanha para tratar, organizar e digitalizar 31 milhões de páginas de documentos. O maior desafio do projeto, lembra um dos voluntários, foi aprender a “pensar arquivisticamente”, ou seja, identificar e ordenar aqueles papéis como documentos de arquivo, instrumentos produzidos para cumprir determinados fins. Um dos coordenadores do projeto explica

⁹ ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. *Archivos y derechos Humanos*. Gijón: Trea, 2008.

¹⁰ GONZÁLES QUINTANA, Antonio. *Políticas archivísticas para la defense de los derechos humanos*. Madrid: Fundación 10 de Marzo; Red de Archivos Históricos de CCOO; Consejo Internacional de Archivos, 2009.

¹¹ *Del Silencio a la Memoria: Revelaciones del Archivo Histórico de la Policía Nacional*. Guatemala: Archivo Histórico de la Policía Nacional, 2011.

que seria mais simples e rápido ordenar os documentos cronologicamente, digitalizando-os de imediato, porém se perderiam as informações que ligam os documentos uns aos outros, e que poderiam ser úteis na descoberta de crimes e dos seus responsáveis.¹²

O suporte da UNESCO e o trabalho cooperativo dos arquivistas permitiram também a preservação e o acesso a arquivos produzidos durante o período de ditadura militar no Paraguai, na Argentina e no Chile. Vários desses arquivos ganharam o rótulo de “arquivos da repressão”, embasado na ideia de que tais arquivos se diferenciam dos demais por terem sido gerados por atividades que violavam os direitos humanos.¹³ Embora isso corresponda à verdade nos casos das polícias políticas, e ainda que o valor desses arquivos seja reconhecidamente inestimável para a transição democrática e a memória recente de muitos países, é equivocado pensar que esses arquivos sejam diferentes dos arquivos de outras instituições, como escolas, hospitais e demais repartições de governo. Em que pese diferenças funcionais, todo arquivo nasce e cresce para servir ao seu produtor, qualquer que seja a natureza das suas atividades, acumulando provas e registros do seu trabalho e reunindo documentos com a mesma força probatória.

Outro equívoco é imaginar que somente nesses arquivos estejam provas de crimes contra a humanidade. Índícios documentais de violações de direitos humanos e de crimes contra a humanidade podem estar em arquivos insuspeitos. O próprio González Quintana, responsável pelo arquivo da Guerra Civil Espanhola em Salamanca, revela que as provas documentais dos batalhões de trabalho forçado do período franquista, na Espanha, não aparecem nos arquivos da polícia de segurança, mas no Tribunal de Contas, na forma de relatórios de despesas e listas de prisioneiros, assim como os documentos que levaram ao reconhecimento do massacre de 22 mil prisioneiros poloneses durante a Segunda Guerra Mundial foram encontrados inicialmente em arquivos ferroviários.¹⁴

Em 1990, após o colapso dos regimes comunistas e diante da pressão popular, o governo polonês condicionou suas relações futuras com o governo russo ao reconhecimento do chamado Massacre de Katyn, ocorrido nas florestas da Bielorrússia em 1940. O presidente Mikhail Gorbachev ordenou então a abertura dos arquivos soviéticos aos historiadores russos e poloneses. De pronto, a KGB e o Partido Comunista, que mantiveram por décadas a versão de que os prisioneiros poloneses foram mortos pelos alemães, negaram acesso aos seus arquivos, comunicando que não existia neles nenhum documento alusivo à execução dos poloneses.

¹² WELD, Kirsten. *Paper Cadavers: the archives of dictatorship in Guatemala*. Durham: Duke University Press, 2014, p. 76-84.

¹³ CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Comps.). *Los Archivos de la Represión: Documentos, memoria y verdad*. Madrid: SigloXXI de España Editores, 2002.

¹⁴ Entrevista com Antonio González Quintana. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, jan/jun 2011, p. 18.

No entanto, alguns meses depois, o historiador Valentin Falin informou ao presidente russo a descoberta de listas de transporte desses homens para a morte, guardados no RGVA, o gigantesco arquivo militar soviético. Os documentos encontrados permitiam saber que os poloneses foram agrupados e transferidos em vagões de trem para a floresta de Katyn. A descoberta animou os historiadores, embora, por mais que procurassem, eles não tivessem encontrado as ordens para fuzilar os prisioneiros. Numa visita oficial, o presidente russo Mikhail Gorbachev entregou ao presidente polonês uma cópia dos documentos, declarando seu pesar pela “tragédia”.¹⁵

Em 1992, o caso sofreu uma reviravolta, quando o novo presidente russo, Boris Yeltsin, tornou pública a ordem de execução dos prisioneiros poloneses, expedida pelo Comitê Central do Partido Comunista ao temido Comissariado de Segurança Interna, o NKVD. O porta-voz da presidência revelou ainda que o documento era conhecido por Gorbachev e toda a cúpula do Partido Comunista, desde 1981. Yeltsin transformou os documentos de Katyn num instrumento para banir o Partido Comunista do parlamento russo, atacando Gorbachev, seu último secretário-geral e adversário político. Ao todo foram revelados e publicados 84 documentos, entre ordens, circulares e ofícios: do pacto entre a União Soviética e a Alemanha Nazista, que dividiu a Polônia em 1939, até o massacre dos 21.857 poloneses, em maio de 1940.¹⁶

Em outro caso, igualmente polêmico, o historiador canadense James Bacque mergulhou nos arquivos do exército americano em busca de provas documentais sobre a morte de aproximadamente um milhão de prisioneiros alemães, internados em campos aliados após a rendição da Alemanha. Procurando investigar o relato de sobreviventes dos campos de prisioneiros, Bacque consultou os documentos administrativos do exército norte-americano, guardados no Arquivo Nacional em Washington. Na sua pesquisa, ele localizou dezenas de memorandos com informações sobre “*other losses*” (outras perdas). Questionando um coronel aposentado do exército, ficou sabendo que o termo designava a morte de prisioneiros devido à negligência, má alimentação e falta de cuidado médico. Assim, Bacque descortinou uma passagem obscura da Segunda Guerra Mundial, reveladora do embrutecimento das relações humanas causado pela guerra.¹⁷

É oportuno considerar que, a despeito da documentação administrativa não abarcar na maioria dos casos provas de crime contra a humanidade, invariavelmente ela fornece informações relevantes acerca da instituição que a produziu, explicitando o funcionamento, a hierarquia e a rotina de trabalho do seu produtor. O arquivo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social

¹⁵ CIENCIALA, Anna M.; LEBEDEVA, Natalia S.; MATERSKI, Wojciesz (Ed.). *Katyn: A Crime Without Punishment*. New Haven: Yale University Press, 2007, p. 245-257. Sobre os arquivos russos nessa fase de abertura, ver BRENT, Jonathan. *Inside the Stalin Archives: Discovering the New Russia*. New York: Atlas & Co., 2008.

¹⁶ Para ler a transcrição da ordem de execução dos prisioneiros poloneses, ver KOENKER, Diane P.; BACHMAN, Ronald D. (Edit.). *Revelations from Russian Archives*. Washington: Library of Congress, 1997, p. 162-168.

¹⁷ BACQUE, James. *Other Losses: an investigation into mass deaths of Germans prisoners at the hands of the French and Americans after World War II*. Vancouver: Talonbooks, 2011.

de São Paulo (DEOPS-SP), por exemplo, possui documentos significativos sobre a sua rotina, do expediente burocrático até o movimento dos presos. A rotina dentro do DEOPS-SP era regulamentada por escrito, mediante a publicação de portarias, instruções, boletins, circulares e despachos. Uma parte considerável desse acervo ficou conservada, e permite conhecer as entranhas de um órgão policial notoriamente envolvido com a violação de direitos humanos, que atuou em São Paulo durante um dos períodos mais sombrios da história recente.

Desde a sua criação em 1924, o DEOPS-SP desempenhou a função de uma polícia devotada à vigilância, controle e repressão de uma ampla parcela da sociedade, respondendo pelas estratégias de segurança nacional durante o período da Ditadura Militar. Neste contexto, lançou mão de práticas violentas e ilegais, como tortura, cárcere privado e execuções sumárias, além de métodos amparados na legislação, como a instauração de inquérito e a produção e armazenamento de aproximadamente 3,5 milhões de documentos sobre cidadãos considerados “perigosos” para a ordem vigente. Quando se traça o perfil dos atingidos pela vigilância policial, nos quase 60 anos em que o DEOPS-SP atuou no Estado de São Paulo, se tem uma gama enorme e variada de setores: imigrantes, intelectuais, empresários, políticos, operários, estudantes, estrangeiros, comunistas, anarquistas e fascistas – uma verdadeira amostra da sociedade em todos os seus níveis.

Em 1982, com as primeiras eleições diretas para governador desde 1965, houve uma vitória do partido de oposição ao regime militar, que incluía em seu programa de governo a democratização do aparelho administrativo do Estado. Diante das posições firmes do governador eleito Franco Montoro, o então governador José Maria Marin, um notório apoiador do governo militar, extinguiu o DEOPS-SP, transferindo os seus arquivos para a Polícia Federal. Em fins de 1991, depois de um intenso debate que mobilizou amplos setores da sociedade, a guarda do arquivo do DEOPS-SP passou da Superintendência Regional da Polícia Federal, em São Paulo, para a tutela do Arquivo Público do Estado.

Os documentos produzidos pelo DEOPS-SP não descrevem torturas, não relatam crimes nas dependências policiais, mas evidenciam uma rotina de perseguição e eliminação de pessoas tachadas de comunistas ou subversivas. Quando mantidos na sua integralidade, os arquivos permitem conhecer o funcionamento de um departamento, mesmo um que atuava longe das vistas da sociedade, como é o caso do DEOPS-SP. A esse respeito, vale recordar o que apontou a professora e arquivista Ana Maria Camargo, sobre a utilidade dos arquivos dos serviços de segurança para a pesquisa acerca da própria instituição, seu funcionamento, sua organização e suas relações com outras instituições. Ana Maria avalia que os documentos de um órgão de repressão revelam mais a

respeito da instituição que os produziu do que sobre os alvos da sua vigilância.¹⁸ De fato, os arquivos são testemunhas fiéis do funcionamento do órgão que os gerou, por isso a necessidade absoluta de manter preservada e inalterada sua ordem interna.

A rotina do DEOPS-SP pode ser restabelecida por meio do exame de uma série de documentos, entre eles os livros de portaria. Instituídos para controlar a entrada e saída de autoridades da sede do órgão, entre 1971 e 1979, os livros de portaria tinham anotados o nome da pessoa, cargo, horário de entrada e horário de saída. Escritos com caneta esferográfica, preguiçosamente, por investigadores de plantão encarregados da portaria, os livros contêm nas contracapas rabiscos, anotações, holerites esquecidos, cartões de loteria e até um recado para um dos diretores do DEOPS-SP: “Sr. José Marcos Toledo deixou no carro do Dr. Tuma mortadela e salaminho de Mogi-Mirim”. A despeito dos recados e anotações, os livros de portaria contêm também informações reveladoras.¹⁹

De abril a setembro de 1971, por exemplo, o adido do consulado-geral estadunidense em São Paulo esteve 31 vezes no prédio do DEOPS-SP. Em uma das idas, no dia 5 de abril de 1971, seu ingresso no prédio ocorreu cinco minutos depois da entrada do capitão Ênio Pimentel Silveira do DOI-CODI, um dos mais temidos torturadores do período, conhecido como Dr. Ney.²⁰ Os registros indicam que ambos permaneceram no DEOPS-SP até muito tarde, pois os horários de saída deles não constam do livro. Sabe-se que os funcionários da portaria trabalhavam até as 22 horas e os movimentos feitos depois desse horário não eram anotados. Chama a atenção que nesse mesmo dia havia sido preso Devanir José de Carvalho, dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes que, depois de um longo interrogatório, faleceu no dia 7 de abril.²¹

É possível localizar nos livros outros nomes que não faziam parte dos órgãos de repressão e chamam a atenção pela assiduidade com que frequentavam as dependências do DEOPS-SP. É o caso do representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, sobre o qual pesa a suspeita de entregar dinheiro de uma caixinha organizada entre empresários para custear as ações dos órgãos de repressão.²² Preenchidos habitualmente pelos encarregados da portaria, os livros de registro de entrada e saída do DEOPS-SP permitem, além do mais, constatar que o movimento de funcionários e pessoas ligadas aos órgãos de repressão não diminuía após o fim do expediente, pelo contrário. Após

¹⁸ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell et al. (Org.). *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009. v. 2, p. 424-443.

¹⁹ Livros de registro de entrada e saída do prédio DEOPS. Cx. nº 01. Acervo do DEOPS-SP, APESP.

²⁰ Sobre o Dr. Ney, ver GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 35-39.

²¹ Sobre Devanir José de Carvalho, ver MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos Filhos deste Solo. Mortes e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 225-227.

²² *O Globo*, 9 de março de 2013, “O elo da fiesp com o porão da ditadura”; COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório, volume I*. Brasília: CNV, 2014, p.168-170.

às 19 horas, a entrada de policiais, oficiais das Forças Armadas e médicos se intensificava, indicando que a repressão não tinha horário, não dormia, nem esmorecia.

A rotina no DEOPS-SP, a exemplo de outras instituições, dependia de normas e da publicidade delas. Para dirigir e orientar o trabalho das delegacias especializadas, o diretor do DEOPS-SP publicava portarias com o propósito de regularizar a distribuição e o andamento dos inquéritos e demais papéis produzidos pelo órgão, a fim de atender as necessidades do serviço.²³ O arquivo geral do DEOPS-SP guarda também boletins informativos, comunicando decisões administrativas que incidiam sobre o trabalho dos cartórios e da divisão de presos entre as equipes de investigação. Através dos boletins, os diretores das delegacias especializadas oficializavam suas decisões, nomeando os responsáveis pelos interrogatórios de cada preso, bem como pelas acareações e diligências.²⁴

Os interrogatórios também seguiam procedimentos regrados. Os interrogatórios preliminares, ou seja, aqueles realizados no momento da prisão para extrair informações que, sem perda de tempo, levassem a outras prisões (com uso de aparelhos de choque, pau de arara e outros instrumentos de tortura) eram essenciais para orientar as investigações e, mais tarde, o interrogatório oficial, denominado auto de qualificação e interrogatório, que integrava o inquérito policial. O inquérito continha o resultado dos procedimentos investigativos, na forma de depoimentos legais, laudos periciais, autos de apreensão e o relatório final do delegado encarregado do inquérito.²⁵ Embora os interrogatórios preliminares não fizessem referência ao uso de tortura, suas informações são bastante sugestivas.

Neles, aparece um campo específico para a indicação do dia e horário de cada sessão, denotando que o trabalho dos interrogadores era monitorado e sujeito à supervisão dos superiores hierárquicos. Em um dos interrogatórios aparece anotado que a sessão precisou ser suspensa devido ao estado clínico do interrogado, no caso a professora Márcia Yajgunovitch, militante da Ação Libertadora Nacional presa quando ia se encontrar com outro militante. No corpo do interrogatório, a equipe de investigação deixou registrado que, “apesar dos esforços”, a presa precisou ter a sessão suspensa “em virtude de não apresentar condições físicas e psicológicas para tal”.²⁶

Todas as informações extraídas por meio de interrogatórios, investigações e informantes eram classificadas e arquivadas pelos encarregados do arquivo geral do DEOPS-SP, seguindo procedimentos de arquivamento conhecidos como *filing*. O *filing* é um método prático de arquivamento e recuperação de informações através de fichas, desenvolvido originalmente para

²³ 50-Z-130 (1), doc. nº 4 a 7. Acervo do DEOPS-SP. APESP.

²⁴ Boletim nº 1, de 16 de abril de 1970. 50-Z-30 (10), doc. nº 1027 a 1030. Acervo do DEOPS-SP. APESP.

²⁵ Ver JOFFILY, Mariana. *No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

²⁶ 50-Z-9 (166), doc. nº 34.594. Acervo do DEOPS-SP. APESP.

bibliotecas e aperfeiçoado pela indústria para controlar seus estoques, lista de fornecedores e clientes.²⁷ O primeiro fichário de metal, para guarda de fichas e papéis, foi exibido na Feira Mundial de Chicago em 1893. Desde então muitas empresas e profissionais se dedicaram a desenvolver, adaptar e vender equipamentos de arquivo.²⁸ O DEOPS-SP adquiriu o seu primeiro sistema moderno de arquivamento em 1939, e chamava-se *Roneo*.²⁹

Tratava-se de um sistema de arquivamento baseado em um código alfanumérico que permitia a expansão ilimitada do seu acervo e a recuperação parcial de informações, classificadas por assunto. O sistema *Roneo* era um desdobramento de outros métodos de arquivamento comuns na época, derivados de sistemas alfabéticos, numéricos e ideográficos.³⁰ A existência de um arquivo geral e um sistema de fichas ordenadas alfabeticamente, permitiu ao DEOPS-SP acumular um número extraordinário de fichas remissivas, capazes de recuperar nomes e informações em mais de 3 milhões de documentos resultantes das atividades de vigilância e investigação das suas delegacias especializadas.

A compreensão desse arquivo pungente e enigmático é uma das tarefas do arquivista, que zela pela conservação e o acesso aos seus documentos. Sua missão é indagar, estudar, entender e explicar os documentos. Para tal, ele precisa conservar o rastro das ações escritas e o registro das razões que motivaram essas ações. É de responsabilidade do arquivista, e de ninguém mais, preservar o contexto de produção dos documentos, tornando-os acessíveis e inteligíveis ao público, garantindo assim os direitos do cidadão e os elementos indispensáveis para a construção da memória coletiva da sociedade. Nesse ponto, a façanha de Francesc Boix, o esquecido catalão que arriscou sua vida para conservar os negativos de Mauthausen, serve de inspiração a todos que acreditam que é possível fazer história preservando os documentos.

²⁷ COPE, Edward A. *Filing Systems: Their Principles and Their Application to Modern Office Requirements*. London: Pitman & Sons, 1920; TORRES, Marcilio Vaz. *Vade-Mecum do Arquivista*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; DASP, 1944, p. 36-37.

²⁸ VIANA, Mario Gonçalves. *Arte de Classificar e Arquivar*. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1967, p. 158-160; YATES, JoAnne. *Control Through Communication: The Rise of System in American Management*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993, p. 53-62; GARDEY, Delphine. *Écrire, Calculer, Classer: comment une révolution de papier a transformé les sociétés contemporaines (1800-1940)*. Paris: La Découverte, 2008, p. 155-167.

²⁹ *Relatório das atividades da Polícia Civil, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado, pelo Chefe de Polícia Dr. João Carneiro da Fonte*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940, p. 162.

³⁰ PAES, Marilena Leite. *Arquivo: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 92.